

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 9/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, os membros do respectivo conselho de gerência são nomeados e exonerados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nos termos do n.º 2 do referido artigo 11.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E. P., um dos vogais, assim proposto e nomeado, é designado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O vogal Pedro Augusto da Cunha Pinto, designado nos termos do n.º 2 do referido artigo 11.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E. P., e nomeado pela resolução n.º 71/2003, de 10 de Outubro, do Conselho de Ministros, renunciou ao cargo, com efeitos a partir do dia 6 de Setembro de 2005, por ter assumido as funções de Deputado à Assembleia da República.

Importa assim restabelecer o normal funcionamento e a composição do conselho de gerência, atendendo à conveniência de homogeneizar o prazo dos mandatos de todos os seus membros.

Sobre o objecto da presente resolução foi ouvida a comissão de trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, E. P.

Assim:

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Dezembro, e da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Exonerar, a seu pedido, Pedro Augusto da Cunha Pinto do cargo de vogal do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P.

2 — Nomear, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e por designação do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o licenciado Miguel Teixeira Ferreira Roquette para o cargo de vogal do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., para um mandato com termo em 13 de Outubro de 2006, data em que termina o mandato dos restantes membros do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos quanto ao n.º 1 a partir de 6 de Setembro de 2005 e quanto ao número anterior a partir de 1 de Março de 2006.

23 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 5355/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, na redacção dada pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro, delegeo no secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, procurador-geral-adjunto Dr. Júlio Alberto Carneiro Pereira, com poderes de subdelegação, as competências que me são conferidas para, relativamente ao respectivo gabinete, ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e ao Serviço de Informações de Segurança, praticar todos os actos decisórios relacionados com arrendamento de imóveis, nos termos e com os limites do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

22 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho conjunto n.º 244/2006. — Nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, do major-general João Gabriel Bargão dos Santos, que nesta data regressa ao Exército.

16 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Despacho conjunto n.º 245/2006. — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 do artigo 18.º e 1 e 4 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil o major-general, na situação de reserva, Arnaldo José Ribeiro da Cruz, do Exército.

O nomeado está autorizado a exercer as suas funções ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 78.º do Estatuto da Aposentação, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 179/2005, de 2 de Novembro.

A presente nomeação fundamenta-se na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae* que é publicada em anexo ao presente despacho.

16 de Fevereiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Síntese curricular

Arnaldo José Ribeiro da Cruz, natural de Sobreira Formosa, concelho de Proença-a-Nova, nascido em 16 de Novembro de 1942.
Formação académica:

1960-1964 — licenciatura em Ciências Militares, curso de Infantaria da Academia Militar;
1976-1981 — licenciatura em Educação Física na Universidade Técnica de Lisboa;
1981-1982 — curso geral de Comando e de Estado-Maior;
1993-1994 — curso superior de Comando e Direcção.

Experiência profissional:

Instrutor de oficiais, sargentos e praças do quadro permanente e quadro complemento;
Duas comissões em Angola em comando de Companhia de Caçadores e de Comandos;
Comandante do Batalhão de Comandos;
Comandante do Regimento de Comandos;
1988-1991 — funções de Estado-Maior no Quartel-General da Região Militar de Lisboa;
1991-1993 — comandante do Regimento de Comandos em acumulação com o comando da Brigada de Forças Especiais/Brigada Ligeira de Intervenção;
1994-1995 — coordenador da cooperação técnico-militar em Angola;
1995-1997 — chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional;
1998 — director de Instrução do Comando de Instrução do Exército;
1998-2002 — assessor militar do Primeiro-Ministro;
2005-2006 — assessor do Secretário de Estado da Administração Interna.

Condecorações individuais:

Louvores e medalha de prata de valor militar com palma;
Medalha de ouro de serviços distintos;
Medalha de mérito militar de 2.ª classe;
Medalha de mérito militar de 3.ª classe;
Medalha de ouro de comportamento exemplar;
Medalha de prata de comportamento exemplar;
Medalha de D. Afonso Henriques de 2.ª classe.

Ordens honoríficas:

Grau de comendador da Ordem Militar de Avis;
Medalha comemorativa das campanhas de Angola.

Insígnias colectivas:

Ordem Militar da Torre e Espada;
Medalha de ouro de valor militar em palma.

Louvores — major-general na situação de reserva desde 2001, com 41 anos de serviço efectivo no Exército, tendo recebido 13 louvores públicos.